



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

## DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90134/2024

**Objeto:** Execução dos serviços de seleção de áreas prioritárias e elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental na área de atuação da Codevasf, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados, formado por grupo único composto por 2 (dois) itens.

### OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa TPF ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.285.441/0001-66, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, para o Grupo 1 do Edital 90134/2024.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90134/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Execução dos serviços de seleção de áreas prioritárias e elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental na área de atuação da Codevasf, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados, formado por grupo único composto por 2 (dois) itens.

A proposta da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, para o Grupo 1 do Edital 90134/2024, foi aceita e habilitada.

Tempestivamente a empresa TPF ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.285.441/0001-66, registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

De maneira também tempestiva, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, apresentou sua contrarrazão.

### RECURSO, CONTRARRAZÃO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido grupo, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegadas inconsistências na qualificação técnica operacional e na qualificação técnica profissional. Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de inconsistências na qualificação técnica operacional

Em seu recurso, a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, alega que:

“11. A licitante, ao apresentar sua documentação de habilitação com vistas à comprovação de Experiência Técnica Operacional, incluiu apenas as Certidões de Acervo



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

Técnico (CATs) constantes das páginas 5 a 58 do arquivo de Qualificação Técnica enviado à CODEVASF. As demais CATs, compreendidas entre as páginas 59 e 209, referem-se exclusivamente à comprovação da experiência dos profissionais vinculados à empresa e, por conseguinte, não devem ser consideradas para os fins de qualificação técnica operacional.

12. Das CATs apresentadas, somente a CAT nº 85653/2021 está parcialmente vinculada ao objeto do serviço a ser executado e atende à área mínima exigida para participação. Contudo, tal CAT abrange apenas parte das exigências do edital, uma vez que comprova experiência limitada a estudos hidrológicos ou de recursos hídricos.

(...)

16. Este serviço, portanto, não se configura, de forma alguma, em um projeto de engenharia de Recuperação Hidroambiental, tampouco em um serviço similar, caracterizado no EDITAL como projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes, que contemplem projetos de recuperação/conservação ambiental, bem como estudos hidrológicos ou de recursos hídricos.

(...)

19. Dessa forma, resta evidente que a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME deixou de atender a um requisito essencial estabelecido no edital, qual seja, a demonstração de experiência comprovada na execução de serviços de Projetos de Recuperação ou Conservação Ambiental em uma área mínima de 110.000 hectares. Considerando que a referida empresa não comprovou a experiência técnica exigida, torna-se imperativa sua inabilitação no presente certame, em estrita observância aos critérios editalícios e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e isonomia.”

Já em sua contrarrazão, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, expõe que:

“Ora, a empresa apelante insiste no decorrer de seus recursos que a atividade de projetos de Recuperação/conservação ambientais, estudos hidrológicos ou de recursos hídricos presente C2 no termo de referencia não são compatíveis com os atestados apresentados.

Observa-se que a redação do item C2 "são considerados por serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes", deixa claro que os serviços apresentados no acervo técnico da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME atende ao edita. (...)”

Considerando a questão eminentemente técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação (equipe de apoio) foram demandados para manifestação quanto ao caso. Para maior embasamento, foi requerida pela equipe de apoio manifestação da Unidade de Conservação Ambiental da CODEVASF quanto à habilitação técnica da empresa declarada vencedora, a qual ocorreu da seguinte forma:



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

“Da análise da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 85653/2021 (página 5 a 6 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) e Atestado de Capacidade Técnica (página 7 a 11 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”), observa-se no item 1.6 do Atestado de Capacidade Técnica (página 7 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) da referida CAT o seguinte texto:

(...)

Os serviços transcritos do item 1.6 do Atestado de Capacidade Técnica (página 7 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) referente à CAT Nº 85653/2021 e apresentados acima, caracterizam como serviços similares de porte e complexidade semelhantes referentes a estudos hidrológicos e de recursos hídricos uma vez que a CAT Nº 85653/2021 (página 7 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) trata de levantamentos e emissão de laudos técnicos planialtimétricos, estudos e modelagens hidrológicos e estudos hídricos para solicitação de outorga de água. Todos esses serviços foram realizados no estado da Bahia.

A Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997) define os instrumentos para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, entre eles, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Esta Lei estabelece que a Portaria INEMA Nº 11.292 de 13 de fevereiro de 2016 (INEMA, 2016) regulariza a solicitação de outorga de água para o Estado da Bahia. Nesta Portaria pode ser visualizada a descrição das peças técnicas necessárias para solicitar a outorga de uso de água, dentre elas um estudo hídrico.

A área mínima de comprovação exigida no item 9.1.1 alínea “c1” do Termo de Referência do Edital Nº 90134/2024 é de 110.000 ha para todos os itens. A empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME apresentou na CAT Nº 85653/2021 e Atestado de Capacidade Técnica (páginas 5 a 11 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) serviços correspondentes a estudos similares, descritos como estudos hidrológicos e de recursos hídricos, que contemplam uma área de 475.764 ha.

Portanto, através do anexo “QUALIFICAO TECNICA.pdf”, páginas 5 a 11, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME atende à Capacidade Técnica Operacional e à Área Mínima de Comprovação exigida no item 9.1.1 alínea “c” do Termo de Referência do Edital Nº 90134/2024.”

Já a manifestação da Equipe de apoio ao pregão nº 90134/2024 destaca que:

“Além disso, o Termo de Referência do edital deste certame deixa claro que podem ser considerados serviços similares aqueles relacionados a projetos e estudos de obras que apresentem porte e complexidade semelhantes. Entre os serviços mencionados como semelhantes, destacam-se os projetos de recuperação e/ou conservação ambiental, bem como estudos hidrológicos e de recursos hídricos. A CAT nº 85653/2021, apresentada pela empresa, não apenas atende à área mínima exigida para participação, mas também se alinha aos serviços descritos no Termo de Referência do edital.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

No que tange à temática em análise no momento, cumpre salientar que, considerando a natureza da avaliação, o aceite da documentação de habilitação no que tange à qualificação técnica foi realizado após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, os quais analisam a situação e embasam a decisão do pregoeiro. Ademais, quando do recebimento do presente recurso, foi solicitada manifestação aos referidos membros quanto ao exposto, os quais apresentaram Nota Técnica, além do encaminhamento da análise técnica realizada pela equipe responsável pela Unidade de Conservação Ambiental da CODEVASF, documentos os quais serão disponibilizados na íntegra no Site da Codevasf junto a esta decisão.

Desta forma, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento da habilitação quanto na análise do presente recurso. Ademais, considerando as manifestações técnicas apresentadas, nada resta além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento, a qual concluiu pelo atendimento às exigências do Termo de Referência, tanto em relação à quantidade exigida (área mínima) quanto em relação ao alinhamento dos serviços (similaridade).

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

## II – Quanto à alegação de inconsistências na qualificação técnica profissional

Em seu recurso, a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, alega que:

“22. Conforme visto, as exigências de Qualificação Técnica Profissional são idênticas às exigidas para a experiência da empresa, sendo solicitado que o profissional comprove experiência em PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL OU SIMILAR, e são considerados serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes, que contemplam PROJETOS DE RECUPERAÇÃO/CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, bem como ESTUDOS HIDROLÓGICOS ou DE RECURSOS HÍDRICOS, caracterizando-os assim como projetos de engenharia de recuperação hidroambiental.

23. Ocorre que para comprovação de experiência técnica profissional, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME., apresentou as mesmas CAT's fornecidas para fase de habilitação técnico operacional, as quais constam nas páginas 5 a 58 do arquivo de Qualificação Técnica enviado para a CODEVASF, cuja documentação está em nome da empresa e do engenheiro Frederico Vasconcelos Ribeiro, sócio da instituição.

24. Diante disso, tendo em vista a similaridade entre as exigências de experiência da empresa e do profissional, fica comprovado que o referido engenheiro Frederico Vasconcelos Ribeiro não cumpre os requisitos requeridos, pois apresentou apenas uma CAT que contempla de forma parcial a exigência editalícia, deixando de comprovar os serviços de Projetos de Recuperação/Conservação Ambiental em uma área mínima de 110.000ha. Portanto, este profissional deve ser desconsiderado para fins de qualificação técnico profissional.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

25. Ademais, a empresa em questão apresentou o Engenheiro Paulo Cesar da Silva França que, além de não demonstrar a experiência exigida no edital, não apresentou qualquer comprovação de vínculo formal com a empresa. Da mesma forma, os engenheiros José Alves Froes Junior, Anete Antunes Rocha Nunes e Max Aurelio Menezes Nascimento não evidenciaram o cumprimento dos serviços requeridos, limitando-se a apresentar contratos de prestação de serviços como comprovação de vínculo, o que não atende aos requisitos estabelecidos no processo licitatório.

26. Contudo, como disponível no EDITAL, os profissionais que tivessem o vínculo comprovado através de contrato de prestação de serviços deveriam apresentar a anuência dos profissionais, ou seja sua aprovação, seu consentimento em participar da referida licitação. Porém, tais anuências não foram fornecidas, deixando de atender ao item 9.1, alínea d.2, do Termo de Referência.

27. Dessa forma, diante das razões expostas, os engenheiros apresentados pela empresa Frederico Vasconcelos Ribeiro ME devem ser desconsiderados para fins de qualificação técnico-profissional. Consequentemente, a referida licitante deve ser inabilitada, tendo em vista que não apresentou nenhum profissional que comprovasse a experiência exigida pelo edital.”

Já em sua contrarrazão, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, expõe que:

“Em uma análise minuciosa no termo de referência, item 5 "descrição dos serviços" subitem 5.1, que faz referência ao escopo do serviço objeto do TR, e o anexo 3 "especificações técnicas" (itens 2.1 e 2.2), observa-se novamente que os atestados apresentado para qualificação técnica tanto operacional como profissional estão em perfeita sintonia com as atividades propostas e desejada pela CODEVASF no PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024. (...)”

Considerando a questão eminentemente técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação (equipe de apoio) foram demandados para manifestação quanto ao caso. Para maior embasamento, foi requerida pela equipe de apoio manifestação da Unidade de Conservação Ambiental da CODEVASF quanto à habilitação técnica da empresa declarada vencedora, a qual ocorreu da seguinte forma:

“Através da CAT Nº 85653/2021 e Atestado de Capacidade Técnica (páginas 5 a 11 do documento “QUALIFICAO TECNICA.pdf”) e do Contrato Social (“QUALIFI JURIDICA E CONTRATOS.pdf”) registrado sob o nº 98561963 em 07/10/2024 na Junta Comercial do Estado da Bahia a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME atende ao item 9.1.1 alínea “d” do Termo de Referência do Edital Nº 90134/2024”

Já a manifestação da Equipe de apoio ao pregão nº 90134/2024 destaca que:

“Conclui-se que, ao examinarmos as razões apresentadas no recurso, fica claro que não houve a identificação de ilegalidades conforme alegado pela empresa apelante. As argumentações apresentadas carecem de fundamentação sólida que pudesse invalidar o resultado da licitação ou demonstrar a nulidade da habilitação técnica da referida



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

empresa. Assim, a análise dos elementos do processo reforça a regularidade da decisão tomada pela comissão de licitação

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando as manifestações técnicas apresentadas, as quais evidenciam a documentação que foi considerada na análise da documentação quanto ao tópico questionado, confirmando sua conformidade, siga o entendimento emanado pelos membros técnicos da Comissão de Licitação, em conformidade com a área técnica, quanto à adequação da análise documental.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, levando-se em conta também a conclusão dos membros técnicos da Comissão de Licitação de que não houve a identificação de ilegalidades conforme alegado pela empresa apelante, dado que as argumentações apresentadas carecem de fundamentação sólida que pudesse invalidar o resultado da licitação ou demonstrar a nulidade da habilitação técnica da empresa declarada vencedora, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela TPF ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.285.441/0001-66, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, CNPJ nº 13.025.129/0001-04, para o Grupo 1 do Edital 90134/2024.

Brasília/DF, 27 de janeiro de 2025.

**Assinado Eletronicamente**  
**Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice**  
Pregoeiro – Decisão 2146/2024